



Concurso Público Município de Maceió

PROVA TIPO

2

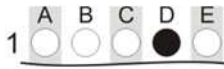
Cargo (Nível Superior – NS):

01. ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

**Provas de Português, Fundamentos da Administração Pública
e Conhecimentos Específicos**

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este **Caderno de Questões** somente deverá ser aberto quando for autorizado pelo Fiscal.
2. Antes de iniciar a prova, confira se o tipo da prova do **Caderno de Questões** é o mesmo da etiqueta da banca e da **Folha de Respostas** de questões objetivas.
3. Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Verifique, também, se contém **50 (cinquenta)** questões objetivas com 5 (cinco) alternativas cada. Caso contrário, comunique imediatamente ao Fiscal.
4. O tempo disponível para esta prova é de **4 horas**. Faça-a com tranquilidade, mas **controle seu tempo**. Esse **tempo** inclui a marcação da **Folha de Respostas** de questões objetivas.
5. Você somente poderá sair em definitivo do Local de Prova depois de decorridas **2 horas** do início da aplicação.
6. Na **Folha de Respostas** de questões objetivas, confira seu nome, número do seu documento de identificação, tipo de prova e cargo escolhido.
7. Em hipótese alguma lhe será concedida outra **Folha de Respostas** de questões objetivas.
8. Preencha a **Folha de Respostas** de questões objetivas utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Na **Folha de Respostas** de questões objetivas, preencha completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme modelo:

9. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha na **Folha de Respostas** de questões objetivas: dupla marcação, marcação rasurada, emendada ou com "X", não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita.
10. A correção da prova objetiva será efetuada de forma eletrônica, considerando-se apenas o conteúdo da **Folha de Respostas** de questões objetivas.
11. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, os pontos serão atribuídos a todos os candidatos.
12. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
13. Ao terminar a prova, **devolva** ao **Fiscal** de Sala este **Caderno de Questões**, juntamente com a **Folha de Respostas** de questões objetivas, e **assine a Lista de Presença**.
14. Na sala que apresentar apenas 1 (um) Fiscal, os 3 (três) últimos candidatos somente poderão ausentar-se da sala juntos, após a **assinatura da Ata de Encerramento** de provas.
15. **Assine** neste Caderno de Questões e **coloque** o número do seu documento de identificação (RG, CNH etc.).

Boa Prova!

N. do doc. de identificação (RG, CNH etc.):

Assinatura do(a) candidato(a):

**MUNICÍPIO
DE MACEIÓ**
Edital nº 03/2017



Maceió/AL



Você confia no resultado!

PORTUGUÊS

QUESTÃO 01

Tente outra vez

Raul Seixas

Tente!

Levante sua mão sedenta

E recomece a andar

Não pense

Que a cabeça aguenta

Se você parar

Não! Não! Não!

Não! Não! Não!

Há uma voz **que** canta

Uma voz **que** dança

Uma voz **que** gira

(Gira!)

Bailando no ar

Uh! Uh! Uh!

[...]

Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/raul-seixas/48334/>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

No texto, a palavra destacada **que** é

- A) pronome relativo com função de sujeito.
- B) pronome relativo com função de objeto direto.
- C) pronome relativo com função de complemento nominal.
- D) conjunção integrante, introduzindo orações substantivas.
- E) conjunção integrante, sem função nos versos.

QUESTÃO 02



Disponível em: <<https://www.stoodi.com.br/blog/2016/02/15/12-dicas-para-nao-esquecer-mudancas-do-novo-acordo-ortografico-da-lingua-portuguesa/>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

Na gravura, o personagem brinca com a reforma ortográfica. Com relação ao emprego do hífen, assinale a alternativa correta quanto à grafia da palavra.

- A) Recém casado.
- B) Mal entendido.
- C) Semi-interno.
- D) Super revista.
- E) Ante-aurora.

QUESTÃO 03

Qual a diferença entre robô, androide e ciborgue?

Robôs **são** máquinas que fazem tarefas pré-programadas de forma autônoma. Quando o robô **tem** aspecto humano **é** um androide. Já os ciborgues são híbridos: parte humanos, parte máquinas.

Disponível em: <super.abril.com.br/blog/oraculo/qual-a-diferenca-entre-roboto-androide-e-ciborgue>. Acesso em: 04 abr. 2017.

No contexto, os verbos destacados possuem valores semânticos do presente do indicativo e sugerem noções

- A) de presente em relação a um fato passado.
- B) que não se referem a um tempo específico.
- C) que perduram depois do momento da fala.
- D) corriqueiras, habituais ou repetitivas.
- E) de futuro próximo ou indeterminado.

QUESTÃO 04



Disponível em: <<http://veredasdalngua.blogspot.com.br/2012/03/regencia-verbal-i.html>>. Acesso em: 08 fev. 2017.

No que concerne aos aspectos morfosintáticos usados na construção da primeira fala da tira, dadas as afirmativas,

- I. O pronome **lhe** encontra-se enclítico por não haver palavras que o atraiam para antes da locução verbal.
- II. Na utilização prática da língua, a colocação dos pronomes oblíquos é determinada pela eufonia. Considerando o contexto em que se encontra, a posição do pronome **lhe** poderia ser alterada, sem prejuízos à norma gramatical.
- III. No contexto referente, o pronome oblíquo **lhe** desempenha função sintática de adjunto adnominal.
- IV. No contexto referente, o verbo **ensinar** tem sentido de **doutrinar**. Assim, quanto à regência, **ensinar** é verbo intransitivo.

verifica-se que estão corretas apenas

- A) I, III e IV.
- B) I, II e III.
- C) III e IV.
- D) II e IV.
- E) I e II.

QUESTÃO 05

O QUE A LEITURA PODE FAZER POR VOCÊ?

Bastam 15 minutos por dia mergulhado nos livros para você se dar melhor nos estudos e na vida

- 1 SOLTA SUA IMAGINAÇÃO
- 2 ESTIMULA SUA CRIATIVIDADE
- 3 AUMENTA SEU VOCABULÁRIO
- 4 FACILITA A ESCRITA
- 5 SIMPLIFICA A COMPREENSÃO DAS COISAS
- 6 AJUDA NA VIDA PROFISSIONAL
- 7 MELHORA A COMUNICAÇÃO COM OS OUTROS
- 8 AMPLIA SEU CONHECIMENTO GERAL
- 9 LIGA SEU SENSO CRÍTICO NA TOMADA

Illustration of a smiling person reading a book.

Disponível em: <http://labjosefabotelho.blogspot.com.br/2016_02_01_archive.html>. Acesso em: 06 fev. 2017.

A respeito das ações enumeradas no texto, verifica-se que

- A) as nove ações apresentam sintaticamente a mesma transitividade verbal.
- B) somente oito, das nove ações, apresentam sintaticamente a mesma transitividade verbal.
- C) somente sete, das nove ações, assemelham-se quanto à transitividade verbal.
- D) somente três, das nove ações, classificam-se como verbos intransitivos.
- E) somente três, das nove ações, classificam-se como verbos de ligação.

QUESTÃO 06

Se, na educação básica, ____ homogeneidade de conteúdos básicos é uma condição essencial de equidade e de cidadania, na educação superior ____ insistência em um “modelo único” de universidade tem levado na prática ____ consolidação das desigualdades e ____ desqualificação da grande maioria dos estudantes e seus cursos, por contraste com um suposto padrão de “qualidade” que precisaria ser melhor explicitado e compreendido.

CORRÊA, S. B.; MASSON, M. A. C. *Indivíduo, universidade e sociedade brasileira*. Brasília: Educação Brasileira, 1995. p. 47.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- A) à / à / a / à
- B) à / à / a / a
- C) a / a / à / à
- D) a / à / à / à
- E) a / a / a / à

QUESTÃO 07

Entretanto

Mart'nália

Não vá agora, deixa eu melhorar

Não fique triste, tudo vai passar

É só ciúme, doença que contrai porque te amo demais

Mas também é loucura, loucura tem cura, ciúme também

E paixão é o que me faz bem

Entretanto não vá

Não vá me abandonar

Você é o remédio

Que me tira do tédio, quando me faz amar

[...]

Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/martalia/717507/>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

Os termos destacados expressam, respectivamente, relação semântica, adequada ao contexto, de

- A) concessão e conformidade.
- B) acréscimo e sequência.
- C) oposição e conclusão.
- D) adição e adversidade.
- E) contraste e causa.

QUESTÃO 08

Lembrete:

ESTAMOS APRENDENDO MUITO SOBRE A CULTURA RACIONAL, SOBRE A SOLUÇÃO DE NOSSAS VIDAS.

Disponível em: <<http://umvirgulacincoporcento.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

No trecho do quadro, é correto afirmar que a vírgula foi empregada em um período

- A) composto, para separar oração intercalada.
- B) composto, para separar a oração principal da subordinada.
- C) composto, para separar orações pertencentes a uma mesma categoria.
- D) simples, para separar termos de uma mesma função sintática.
- E) simples, para isolar adjuntos adverbiais deslocados.

QUESTÃO 09

Canção de nuvem e vento

Mario Quintana

Medo da nuvem
Medo Medo
Medo da nuvem que vai crescendo
Que vai se abrindo
Que não se sabe
O que vai saindo
Medo da nuvem Nuvem Nuvem
Medo do vento
Medo Medo
Medo do vento que vai ventando
Que vai falando
Que não se sabe
O que vai dizendo
Medo do vento Vento Vento
Medo do gesto
Mudo
Medo da fala
Surda
Que vai movendo
Que vai dizendo
Que não se sabe...
Que bem se sabe
Que tudo é nuvem que tudo é vento
Nuvem e vento Vento Vento!

Disponível em: <<http://mario-quintana-rh.blogspot.com.br/2013/09/cancao-de-nuvem-e-vento.html>>.
Acesso em: 06 fev. 2017.

Dadas as afirmativas em relação ao poema,

- I. A repetição dos termos e o uso de letras maiúsculas sugerem o imenso pavor do eu lírico diante da nuvem que se avoluma e da força do vento.
- II. No contexto poético, o vento é personificado, pois o eu lírico lhe confere ações humanas. Assim, fica evidente o uso da linguagem conotativa.
- III. O autor explora a repetição enfática de uma ou mais palavras no início dos versos, o que caracteriza a figura de linguagem denominada *anáfora*.
- IV. No final do poema, o verso “Que não se sabe” é mudado por “Que bem se sabe”. Essa alteração significa que o eu lírico continuará temendo a nuvem e o vento.

verifica-se que estão corretas apenas

- A) I, III e IV.
- B) I, II e III.
- C) III e IV.
- D) II e IV.
- E) I e II.

QUESTÃO 10

Lendo o mundo e escrevendo a vida

O acesso à informação cada vez mais facilitado colocou às claras dois fatos contraditórios. Por um lado, o jovem tem cada vez mais textos à sua frente, quando acessa uma mídia social. Por outro lado, ainda há muitas dificuldades que esse jovem enfrenta para expressar suas ideias através de textos. Como isso ocorre e qual o papel do educador na formação desse leitor escritor?

Difícil identificar o que amedronta mais um aluno: um texto para ser interpretado ou uma folha em branco para que ele a preencha produzindo seu próprio texto. Estes dois atos parecem muito simples para quem analisa, fria e superficialmente, o desenrolar dos ensinamentos a partir da primeira série do ensino fundamental. A expectativa para que a criança comece a ler e escrever, seja por parte dos pais, seja por parte dos educadores, é muito grande; tanto que algumas crianças já vêm para a escola quase alfabetizadas.

O desafio, porém, não é apenas colocá-la em contato com as letras. Vai muito além disso. Há vários pequenos processos dentro deste processo maior chamado leitura e escrita. Quando o texto deixa de ser apenas um modelo do “bem falar e bem escrever”, passa-se a estudar outras funções intrínsecas às suas mais diversas finalidades. Um texto pode divertir, informar, sugerir, entreter, apelar, insinuar, argumentar e assim por diante. Como, então, aproximar o aluno deste mundo tão variado, fazendo com que ele consiga enxergar essa diversidade e entendê-la?

[...]

LÍNGUA PORTUGUESA. Conhecimento Prático. Ed. Escala. n. 62. 2017.

Em se tratando dos aspectos estruturais e das estratégias discursivas utilizadas pelo autor do texto, é válido afirmar que

- A) há, no texto, opção em usar expressões que aludem à abordagem temática do tipo bilateral quando se escreve: “[...] Por um lado, o jovem tem cada vez mais textos à sua frente, quando acessa uma mídia social. Por outro lado, ainda há muitas dificuldades [...]”.
- B) o ponto de interrogação em: “Como isso ocorre e qual o papel do educador na formação desse leitor escritor?” pontua a formulação de uma pergunta, cuja resposta se encontra no primeiro parágrafo.
- C) o segundo parágrafo apresenta, inicialmente, um conectivo de conclusão, representado pela conjunção “porém”, que estabelece uma relação de dedução, de fecho.
- D) há, no contexto, predominância de traços descritivos mesclados a comentários interpretativos do autor.
- E) há, no contexto, relatos de fatos reais e cotidianos associados a análises sentimentais e conflitos internos.

QUESTÃO 11

Crianças e adolescentes na Internet: a responsabilidade dos pais ou responsáveis

Muito se discute sobre os eventuais benefícios ou malefícios às crianças e adolescentes decorrentes do uso da Internet. No Brasil, a preocupação justifica-se pelo número crescente de acesso desses jovens à rede mundial de computadores. **Embora** não se tenham dados estatísticos sobre o acesso dessa camada da população brasileira, acredita-se **que** eles sejam responsáveis pela maioria dos acessos à rede mundial de computadores. Dados recentes demonstram que mais de 20 milhões de pessoas acessam diariamente a Internet com os mais variados interesses e necessidades, uma vez que ela acabou se tornando a intermediária de relações pessoais e comerciais.

Quando a **Internet** é utilizada para obter-se **informação** com vista a **pesquisas, estudos, conversas** entre amigos, notadamente, concluir-se-ia que ela é um bem. Mas, ainda assim, teríamos que especular sobre a fonte de informação e com quem se relacionam esses jovens. Seria essa fonte segura? Seria essa fonte capaz de prover informações confiáveis para contribuir com o processo educacional? Seriam esses relacionamentos estabelecidos com pessoas confiáveis? [...]

Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/criancas-adolescentes-na-internet-responsabilidade.html>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

Dadas as afirmativas sobre o texto,

- I. O elemento articulador destacado **Embora** atribui ao contexto uma relação semântica de concessão.
- II. O vocábulo destacado **que** inicia uma oração subordinada substantiva objetiva direta.
- III. As palavras destacadas **Internet, informação, pesquisas, estudos e conversas** representam mecanismos de coesão semântica, já que exemplificam relação de hiperonímia e hiponímia.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, II e III.
- B) II e III, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II, apenas.
- E) I, apenas.

QUESTÃO 12

Quem forma **se** forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 67.

No fragmento de texto, o vocábulo destacado **se** classifica-se como

- A) índice de indeterminação do sujeito.
- B) parte integrante do verbo.
- C) pronome apassivador.
- D) pronome reflexivo.
- E) partícula expletiva.

QUESTÃO 13



Disponível em: <<http://pgabaritos.blogspot.com.br/2012/07/pronome-exercicios-2.html>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

Considerando a proximidade dos personagens, que se manifestam verbalmente na gravura, aos objetos a que eles fazem referência, quais pronomes demonstrativos preenchem, correta e respectivamente, as lacunas?

- A) ESTA e ISSO.
- B) ESTA e ESTA.
- C) ESSA e ESTA.
- D) ESSA e ESSA.
- E) ESSA e ISSO.

QUESTÃO 14

Dia a dia acelerado

Com a mente inquieta, a ansiedade prejudica as atividades do cotidiano – mais do que até um ansioso pode imaginar!

[...]

“Ansiedade é o excesso de futuro”, resume Marcelo Santiago, coach de alta performance e palestrante motivacional. Marcelo lembra um estudo feito pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo que constatou que 95% do sofrimento humano **é causado** pelo pensamento e pela imaginação. “As pessoas ficam presas ao passado e não conseguem se desligar do ‘problema’ ou de um fato que já aconteceu ou então estão preocupados demais com o futuro (‘pré-ocupar’ significa ocupar-se antes). Às vezes, aquele filmezinho só acontece na mente e nem chega de fato a acontecer. Isso acaba gerando medo, estresse e ansiedade”, explica o coach.

SEGREDOS DAMENTE. *Cérebro e Ansiedade*. Ano 2. n. 3, 2017.

A propósito da concordância do verbo e do predicativo destacados no texto, é correto afirmar que

- A) não está de acordo com a norma padrão. Uma situação análoga ocorre no fragmento “A maioria das pessoas ficaria curiosa em saber o que ela quer falar...”.
- B) o singular é que é correto, para concordar com o núcleo do sujeito simples, que é o substantivo *humano*.
- C) o plural é que é correto, para concordar com o sujeito composto *pensamento e imaginação*.
- D) o singular é que é correto, porque o núcleo do sujeito é o substantivo *sofrimento*.
- E) é admissível o singular ou o plural.

QUESTÃO 15

[...]

4. Nada de exageros

Consumir dentro do limite das próprias economias é um bom exemplo para as crianças. “Endividar-se para consumir não está certo”, afirma a advogada Noemi Friske Momberger, autora do livro *A publicidade dirigida a crianças e adolescentes, regulamentos e restrições*. Isso vale tanto para as crianças como para os pais. É preciso dar exemplo. Não adianta inventar regras apenas para quem tem menos de 1 metro e meio. É preciso ajudar as crianças a entender o que cabe no orçamento familiar. “Explico para meus filhos que não podemos ter algumas coisas, mesmo que muitos na escola tenham três vezes mais”, diz a professora de Inglês Lucia Razeira, de 30 anos, mãe de Vitor, de 7, e Clara, de 10.

[...]

Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI58402-15228,00-EU+QUERO+EU+QUERO+EU+QUERO.html>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

Considerando as características predominantes, o gênero textual

- A) é delimitado pela esfera do campo opinativo, uma vez que defende o ponto de vista de que é preciso haver limites para o consumo, por meio de três argumentos básicos.
- B) é uma notícia, já que narra um fato verídico, com informações sobre a necessidade de se ensinar os limites do consumo.
- C) foi totalmente explicitado no recorte apresentado, já que diz respeito a um artigo de opinião.
- D) se enquadra no tipo narrativo, uma vez que há predomínio de sequências descritivas.
- E) é seguramente uma reportagem em que se observam argumentos do autor.

FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

QUESTÃO 16

A atuação do servidor público deve ser compatível com a legislação em vigor e com os padrões éticos próprios dos cargos que são exercidos. Nesse contexto, dadas as afirmativas,

- I. Usar de sua liberdade de expressão para promover manifestação de apreço no recinto da repartição.
- II. Manter atividade político-partidária, ainda que fora da repartição.
- III. Praticar usura sob qualquer de suas formas.

verifica-se que é(são) conduta(s) incompatível(eis) com os padrões éticos no serviço público

- A) I, II e III.
- B) I e III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) II, apenas.

QUESTÃO 17

É caracterizado(a) pela indelegabilidade a particulares:

- I. o exercício do poder de polícia;
- II. o exercício de atividades de fomento;
- III. a exploração de atividades econômicas.

Dos itens, verifica-se que está(ão) correto(s)

- A) I, II e III.
- B) II e III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I, apenas.

QUESTÃO 18

A Lei nº 11.759/2008 autorizou a União a criar a empresa pública denominada Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – CEITEC, sob a forma de sociedade por ações, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, com prazo de duração indeterminado. Nesse sentido, é correto afirmar:

- A) por estar vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, a CEITEC não tem personalidade jurídica própria, embora possa contar com autonomia, se assim autorizar o Ministério ao qual se vincula.
- B) por estar vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, a CEITEC pode ser definida como órgão da Administração Pública Direta, embora goze de autonomia e tenha atribuições próprias.
- C) a CEITEC integra a Administração Pública Direta, visto que se trata de ente personificado e criado sob regime jurídico de direito privado como empresa pública.
- D) a CEITEC possui personalidade jurídica e atribuições próprias, integrando a Administração Pública Indireta.
- E) a CEITEC pode ser definida como órgão da Administração Pública Indireta, sem personalidade jurídica própria.

QUESTÃO 19

São exemplos de atos políticos ou de governo:

- A) nomeação de Comissões Parlamentares de Inquérito, declaração de guerra e nomeação de ministros de Estado.
- B) permissão para que forças estrangeiras transitem pelo território nacional, permissão de serviço público e fomento.
- C) declaração de estado de sítio, intervenção estadual em município e prestação de serviço público.
- D) convocação extraordinária do Congresso Nacional, exercício do poder de polícia e declaração de paz.
- E) desapropriação, relações com Estados estrangeiros e tombamento.

QUESTÃO 20

A respeito dos conceitos de Administração Pública e de Governo, assinale a alternativa correta.

- A) Administração Pública e Governo são conceitos coincidentes, referindo-se ao conjunto de órgãos dotados de personalidade jurídica de direito público, encarregados do exercício da atividade administrativa.
- B) O Poder Executivo encarna completamente o conceito de governo no Estado moderno, de modo que pertence a ele o monopólio da atividade e da função administrativa no estado brasileiro.
- C) A Administração Pública, em sentido amplo, como função ou atividade, é exercida também pelos Poderes Legislativo e Judiciário, ainda que de forma atípica.
- D) A Administração Pública, em sentido material, inclui apenas os órgãos e entes da administração direta, encarregados do exercício da atividade administrativa.
- E) Governo é pessoa jurídica de direito público soberana, nação juridicamente organizada como pessoa política, nos termos da lei e da Constituição.

QUESTÃO 21

Dadas as afirmativas acerca dos princípios de Direito Administrativo,

- I. O princípio da publicidade é um princípio expresso da Administração Pública, que tem como conteúdo a taxativa e absoluta proibição de segredo no espaço público, devendo o Estado dar publicidade a todos os seus atos.
- II. Na Administração Pública, combinam-se os princípios da autonomia da vontade privada e da continuidade do serviço público, de modo que as partes signatárias de contrato público possam sempre reajustar as cláusulas do acordo com liberdade, para melhor atender o interesse da sociedade.
- III. O princípio da impessoalidade impõe ao Estado que busque sempre a finalidade pública, sem visar ao prejuízo ou ao benefício de pessoas determinadas e sem que os agentes públicos possam agir em nome de sua promoção pessoal.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, II e III.
- B) I e III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) II, apenas.

QUESTÃO 22

O art. 8º da Lei nº 9.472/1997 dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL):

Art. 8º Fica criada a Agência Nacional de Telecomunicações, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações, com sede no Distrito Federal, podendo estabelecer unidades regionais.

§ 1º A Agência terá como órgão máximo o Conselho Diretor, devendo contar, também, com um Conselho Consultivo, uma Procuradoria, uma Corregedoria, uma Biblioteca e uma Ouvidoria, além das unidades especializadas incumbidas de diferentes funções.

§ 2º A natureza de autarquia especial conferida à Agência é caracterizada por independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira.

Considerando o teor da disposição legal, a criação da ANATEL constitui exemplo de

- A) descentralização administrativa, na medida em que a entidade, que é órgão do Ministério das Comunicações, é dotada de competência legislativa na matéria.
- B) descentralização administrativa, visto que se criou a entidade com personalidade jurídica de atribuições próprias, destinada a regular as telecomunicações no país.
- C) desconcentração administrativa, haja vista que a entidade tem o poder de regulamentar e disciplinar a atividade privada com ampla discricionariedade legislativa.
- D) desconcentração administrativa, na medida em que a Lei criou a entidade vinculada ao Ministério das Comunicações.
- E) desconcentração administrativa, uma vez que a Lei criou a entidade submetida ao regime autárquico especial.

QUESTÃO 23

A Emenda Constitucional nº 19 promoveu uma relevante reforma administrativa no Brasil, pela alteração de diversos dispositivos da Constituição Federal de 1988, incluindo a “eficiência” entre os princípios previstos no *caput* do art. 37 do texto constitucional e estabelecendo a necessidade de avaliação periódica de desempenho aos agentes públicos. Pode-se dizer que as alterações realizadas pela referida emenda constitucional podem ser mais adequadamente identificadas como modelo de Administração Pública

- A) Burocrático-social, tendo em vista a necessidade de aumento da eficiência com respeito aos direitos dos cidadãos.
- B) Burocrática, em razão do objetivo de assegurar impessoalidade e eficiência no serviço público.
- C) Neo-patrimonialista, tendo em vista o esforço realizado para a privatização de bens públicos.
- D) Gerencial, tendo em vista a preocupação com o aumento da eficiência da Administração.
- E) Patrimonialista, tendo em vista a preocupação com a guarda do patrimônio público.

QUESTÃO 24

Este princípio, juntamente com o de controle da Administração pelo Poder Judiciário, nasceu com o Estado de Direito e constitui uma das principais garantias de respeito aos direitos individuais. Isto porque a lei, ao mesmo tempo em que os define, estabelece também os limites da atuação administrativa que tenha por objeto a restrição ao exercício de tais direitos em benefício da coletividade.

É aqui que melhor se enquadra aquela ideia de que, na relação administrativa, a vontade da Administração Pública é a que decorre da lei. [...]

Em decorrência disso, a Administração Pública não pode, por simples ato administrativo, conceder direitos de qualquer espécie, criar obrigações ou impor vedações aos administrados [...].

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

O trecho trata do princípio constitucional da

- A) supremacia do interesse público, o qual determina que a vontade da Administração é prevista em lei e deve prevalecer sempre em detrimento de interesses e liberdades individuais.
- B) segurança jurídica, que estabelece a indisponibilidade do interesse público e o dever de controle da autotutela por parte da Administração Pública.
- C) eficiência, que relaciona o agir da Administração à permanente persecução do interesse público, na forma da lei.
- D) legalidade, que limita o agir administrativo ao que a lei determina, respeitados os direitos e garantias individuais.
- E) moralidade administrativa, que proíbe atribuições de deveres desproporcionais ou sem amparo legal.

QUESTÃO 25

No exercício dos poderes e atribuições que lhe são próprias, a Administração Pública pode limitar direito, interesse ou liberdade particular, em atenção ao interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem ou à disciplina da produção e do mercado, desde que respeite os direitos e as garantias fundamentais do cidadão. Quando atua assim, limitando interesse ou fiscalizando atividade privada em benefício do interesse público, pode-se dizer que se tem

- A) exercício do poder hierárquico.
- B) exercício do poder disciplinar.
- C) exercício do poder de polícia.
- D) caso de excesso de poder.
- E) caso de abuso de poder.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26

Considere que um servidor público efetivo do município de Maceió sofreu processo administrativo disciplinar por ter se ausentado do serviço por 20 (vinte) dias consecutivos, em razão de viagem pessoal, e também por ter se utilizado, em proveito próprio, de automóvel de propriedade do município e de verbas de titularidade desse ente. Os fatos narrados foram praticados em março de 2015 e a punição aplicada em janeiro de 2017. Ao final do processo, foi aplicada pena de demissão. O referido servidor, no entanto, entende que a pena aplicada foi desproporcional, visto que não constava em sua ficha funcional nenhuma outra infração anterior. Argumenta, também, que o processo administrativo disciplinar é nulo por sua defesa não ter sido feita por advogado regularmente habilitado. Nesse contexto, dadas as afirmativas,

- I. O referido servidor não pode ser punido com pena de demissão pelo uso de verbas ou bens do município, se a conduta não foi reiterada.
- II. O processo administrativo disciplinar não deve ser anulado pela falta de defesa técnica por advogado.
- III. É assegurado ao servidor, por imposição constitucional expressa, a duração razoável do processo, bem como a ampla defesa e o contraditório, sob pena de nulidade, podendo a decisão administrativa ser submetida ao controle judicial.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, II e III.
- B) II e III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I, apenas.

QUESTÃO 27

Considerando a seguinte situação: Um município do estado de Alagoas construiu um hospital, visando atender à população mais carente. Os recursos para essa construção foram 30% do estado de Alagoas e 70% da União. A empresa ganhadora da licitação possui sua matriz em Pernambuco, mas a execução da obra ficou sob responsabilidade de sua filial localizada em Alagoas. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a fiscalização dessa obra, quanto à utilização dos recursos, caberá ao

- A) Tribunal de Contas da União, quanto aos recursos federais aplicados, e ao Tribunal de Contas de Pernambuco, quanto aos recursos estaduais, visto que a sede da contratada fica nesse estado.
- B) Tribunal de Contas de Alagoas, quanto aos recursos repassados pelo Estado de Alagoas, e ao Tribunal de Contas da União, quanto aos recursos federais utilizados.
- C) Tribunal de Contas de Alagoas, quanto à execução da obra e ao Tribunal de Contas de Pernambuco, quanto à utilização dos recursos.
- D) Tribunal de Contas da União, visto que a maioria dos recursos aplicados na obra pertence à União.
- E) Tribunal de Contas de Alagoas, pois a licitação e a obra ocorreram nesse Estado.

QUESTÃO 28

Dadas as funções,

- I. Fiscalização dos recursos repassados por meio de convênio pela União aos Estados.
- II. Julgamento das contas dos administradores de entidades de direito privado.
- III. Realização de auditorias de natureza contábil e financeira em órgãos do Poder Judiciário, por determinação de relator de comissão parlamentar de inquérito.

verifica-se que é(são) competência(s) do Tribunal de Contas da União definida(s) pela Constituição Federal

- A) I, II e III.
- B) II e III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I, apenas.

QUESTÃO 29

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é a estrutura básica da escrituração contábil, contendo a relação padronizada de contas contábeis, para que os atos e fatos praticados pela entidade sejam registrados contabilmente de forma padronizada e sistematizada. Acerca do PCASP, dadas as afirmativas,

- I. A Lei de Responsabilidade Fiscal atribuiu à Controladoria Geral da União (CGU) a competência para a edição de normas gerais para consolidação das contas públicas, visto que esse é o órgão responsável pela contabilidade da União.
- II. Um dos objetivos do PCASP é atender à Administração Direta e à Administração Indireta das três esferas de governo, inclusive quanto às peculiaridades das empresas estatais dependentes e dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).
- III. O PCASP está estruturado de acordo com as seguintes naturezas das informações contábeis: natureza de informação orçamentária, natureza de informação patrimonial, natureza de informação financeira e natureza de informação de controle.
- IV. Todos os órgãos e entidades da Administração Direta e da Administração Indireta dos entes da Federação, incluindo seus fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações e empresas estatais dependentes, estão obrigados à adoção do PCASP.

verifica-se que estão corretas

- A) I, II, III e IV.
- B) III e IV, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I e II, apenas.

QUESTÃO 30

A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, estabelece as demonstrações financeiras obrigatórias para as sociedades por ações. De acordo com essa Lei, a diretoria da sociedade deverá apresentar, ao final de cada exercício social, com base em sua escrituração mercantil, as seguintes demonstrações financeiras, dentre outras:

- A) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados e Balanço Orçamentário.
- B) Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos e Balanço Financeiro.
- C) Demonstração das Variações Patrimoniais e Balanço Patrimonial.
- D) Demonstração do Resultado do Exercício e Balanço Financeiro.
- E) Balanço Patrimonial e Demonstração dos Fluxos de Caixa.

QUESTÃO 31

A prefeitura de uma cidade fez uma operação de crédito para construção de uma obra pública no valor de R\$ 2.000.000,00, com prazo de amortização de 30 meses e taxa de juros mensal de 3%. De acordo com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a amortização desse financiamento

- A) é uma despesa corrente e os juros pagos são despesa de capital.
- B) é uma despesa de capital e os juros pagos são despesa corrente.
- C) e os juros pagos são classificados como despesa de investimento.
- D) e os juros pagos são classificados como despesa de capital.
- E) e os juros pagos são classificados como despesa corrente.

QUESTÃO 32

A prefeitura de uma cidade efetuou o levantamento dos seus itens patrimoniais com o objetivo de reavaliação ou reconhecimento de perdas. Os veículos da entidade estavam contabilizados com valor líquido contábil de R\$ 800.000,00, estando 50% depreciados. A entidade prevê recuperar, pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o valor de R\$ 760.000,00. O valor de mercado desses veículos atualmente é de R\$ 730.000,00, considerando os custos de alienação de 15%. De acordo com essas informações, considerando as formas de avaliação e mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, o valor que deve ser reconhecido como perda por desvalorização é

- A) R\$ 30.000,00.
- B) R\$ 40.000,00.
- C) R\$ 70.000,00.
- D) R\$ 179.500,00.
- E) R\$ 400.000,00.

QUESTÃO 33

Considere a seguinte situação hipotética: um prefeito municipal editou, em fevereiro de 2017, decreto que instituiu programa de incentivo fiscal ao desenvolvimento local, permitindo deduções da base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e aplicação de alíquota zero para atividades relacionadas à hotelaria e ao turismo. O programa deverá entrar em vigor um ano após sua edição e terá vigência circunscrita ao ano de 2018. Quanto ao ato administrativo praticado pelo prefeito, é correto afirmar a respeito do seu controle judicial:

- A) o ato administrativo em questão é ineficaz, visto que praticado com vício de desvio de poder, cabendo à própria Administração Pública revogá-lo, ressalvados os direitos adquiridos dos cidadãos que atenderem aos requisitos do programa de incentivo.
- B) a conduta indicada é ilícita, sujeita-se ao controle judicial e configura improbidade administrativa, podendo implicar perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por até anos e multa civil.
- C) a conduta indicada sujeita-se apenas ao controle administrativo (autotutela), cabendo revogação ou anulação, conforme o caso, visto que se trata de ato administrativo vinculado.
- D) trata-se de ato administrativo discricionário e, portanto, não se sujeita ao controle judicial quanto ao seu mérito, tampouco quanto aos aspectos de conveniência e de oportunidade.
- E) o ato administrativo em questão sujeita-se ao controle judicial e seria válido e legítimo, se não fosse o vício formal, em face da violação ao princípio da legalidade.

QUESTÃO 34

A Declaração de Lima possui todas as metas e questões relacionadas à auditoria governamental, tendo como principal objetivo exigir uma auditoria governamental independente. De acordo com essa declaração, dadas as afirmativas,

- I. A pré-auditoria é um tipo de avaliação de atividades administrativas ou financeiras realizada antes da ocorrência do fato, sendo eficaz quando garantir a gestão adequada de recursos públicos confiados ao Estado.
- II. A pós-auditoria realizada por uma Entidade Fiscalizadora Superior enfatiza a responsabilidade dos responsáveis pela gestão financeira, fiscal e patrimonial.
- III. A pós-auditoria é uma tarefa indispensável de todas as Entidades Fiscalizadoras Superiores, a despeito do fato de ela realizar pré-auditorias ou não.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, II e III.
- B) II e III, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II, apenas.
- E) I, apenas.

QUESTÃO 35

A respeito da governança no setor público, assinale a alternativa correta.

- A) O Congresso Nacional representa uma entidade que atua na instância externa de apoio à governança, sendo responsável por avaliar, auditar e monitorar, de modo independente, as entidades públicas.
- B) As instâncias internas de governança são responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente e têm o dever de comunicar os fatos às instâncias superiores de governança, caso detecte disfunções.
- C) O Tribunal de Contas da União é uma estrutura de instância externa de governança, responsável pela fiscalização, pelo controle e pela regulação, desempenhando importante papel na promoção da governança das organizações públicas.
- D) As auditorias independentes funcionam como um instrumento de verificação da governança, sendo responsáveis por identificar disfunções ocorridas, devendo agir na apuração dos fatos e punir os agentes que efetuaram as irregularidades detectadas.
- E) Os Conselhos Fiscais que atuam nos órgãos públicos funcionam como instâncias internas de governança e são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como por monitorar a conformidade e o desempenho destas.

QUESTÃO 36

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, define normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. De acordo com essa Lei,

- A) após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo deve estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, incluindo os recursos legalmente vinculados à finalidade específica, os quais serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
- B) as previsões de receitas de operações de crédito não poderão ser superiores às previsões fixadas para as despesas correntes constantes do projeto de lei orçamentária, devendo essas previsões ser restritas ao crescimento econômico do país e às variações ocorridas na legislação.
- C) cabe aos entes da Federação a responsabilidade na gestão fiscal, devendo efetuar a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos de sua competência, bem como receber transferências voluntárias de tributos, independentemente do cumprimento dessa previsão de receitas.
- D) os municípios devem ter sua despesa total com pessoal, incluindo o Poder Legislativo Municipal e o Tribunal de Contas do Município, em cada período de apuração, limitada a 50% da receita corrente líquida, podendo exceder nos casos de contratação de cargos comissionados.
- E) o ente público poderá conceder incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, desde que efetue a estimativa do impacto orçamentário e econômico que esse incentivo ou benefício causará nos dois exercícios seguintes ao da sua concessão.

QUESTÃO 37

A tabela apresenta a estrutura do Balanço Patrimonial de uma entidade.

ATIVO	2016	2015	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	2015
Circulante	92.170	79.600	Circulante	26.420	19.780
Disponibilidades	63.170	45.600	Fornecedores	15.820	14.760
Duplicatas a receber	13.000	15.000	Títulos a pagar	5.600	420
Seguros a vencer	1.000	1.500	Financiamentos	5.000	4.600
Estoques	15.000	17.500			
Não Circulante	16.500	21.200	Não Circulante	21.050	21.520
Realizável a Longo Prazo	1.000	3.000	Debêntures	21.050	21.520
Investimentos	3.500	4.900	Patrimônio Líquido	61.200	59.500
Imobilizado	10.000	11.200	Capital Social	50.000	50.000
Intangível	2.000	2.100	Reservas de Lucros	11.200	9.500
Total do ATIVO	108.670	100.800	Total do PASSIVO	108.670	100.800

Considerando a análise vertical e horizontal, é correto inferir que

- A) na análise horizontal, as fontes de financiamentos de curto prazo aumentaram em 33,57% em 2016.
- B) na análise vertical, o capital de terceiros em 2015 representava 30% do capital total investido na entidade.
- C) as aplicações de recursos a curto prazo em 2016 representaram, na análise vertical, 70% do total das aplicações.
- D) os direitos de longo prazo aumentaram em 300% de 2015 para 2016 na análise horizontal do balanço da entidade.
- E) o capital próprio da entidade aumentou em 7% ao analisar horizontalmente os dois exercícios em ordem cronológica.

QUESTÃO 38

A respeito das despesas públicas, assinale a alternativa correta.

- A) A liquidação da despesa representa o estágio em que ocorre o pagamento do direito adquirido pelo credor, após comprovação do crédito devido, através de títulos e documentos.
- B) Os juros, as comissões e os outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária, classificam-se como despesas orçamentárias de capital.
- C) A Lei do Orçamento, anualmente, aprova um quadro de cotas semestrais de despesas para as unidades orçamentárias executarem seu programa anual de trabalho e manterem o equilíbrio entre as receitas e as despesas realizadas.
- D) As despesas públicas relacionadas com consumo de energia elétrica deverão ser pagas através de empenho por estimativa, havendo complementação, caso o valor empenhado seja menor que o valor real da despesa.
- E) De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, no final do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão inscritas em restos a pagar processados, independentemente das disponibilidades financeiras, tendo em vista a necessidade de quitação dos empenhos existentes em 31 de dezembro.

QUESTÃO 39

A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, destaca a necessidade de os entes públicos evidenciarem em seus orçamentos os programas de governo, obedecidos os princípios de unidade, de universalidade e de anualidade. Nesse contexto, o Orçamento-Programa

- A) é um plano de trabalho elaborado com o objetivo de mostrar à população e ao Legislativo o que será realizado em um determinado período, por meio de programas e ações, e o quanto eles irão custar à sociedade.
- B) compreende todos os investimentos realizados pelo governo nas empresas estatais das quais ele participa direta ou indiretamente, possuindo a maioria do capital social com direito a voto.
- C) abrange todas as entidades da seguridade social, quer sejam da Administração Direta ou Indireta, bem como os fundos e as fundações ligados a ela, instituídos e mantidos pelo Poder Público.
- D) é um tipo de orçamento que abrange os recursos dos Poderes Executivo e Legislativo, representado pelos fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta dos municípios.
- E) é um instrumento de planejamento o qual obriga que cada administrador faça a demonstração e a fundamentação para os recursos solicitados.

QUESTÃO 40

A Norma Brasileira de Contabilidade T 16.8 estabelece referenciais para o controle interno como suporte do sistema de informação contábil, no sentido de minimizar os riscos e dar efetividade às informações da contabilidade, visando contribuir para o alcance dos objetivos da entidade do setor público. Considerando os referenciais contidos na norma citada, assinale a alternativa que indica uma das finalidades do controle interno no setor público.

- A) Propiciar que as informações produzidas pela contabilidade sejam válidas, mesmo que intempestivas.
- B) Detectar as práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos e desvios.
- C) Efetuar os registros contábeis, de acordo com a documentação apresentada pelo ente.
- D) Salvar os ativos da entidade e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais.
- E) Tornar obrigatória a adesão às normas e às diretrizes fixadas para a entidade.

QUESTÃO 41

Os Princípios Orçamentários têm por objetivo definir regras norteadoras básicas para dar racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público e devem ser respeitados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes da Federação. A respeito dos Princípios Orçamentários, assinale a alternativa correta.

- A) O princípio da exclusividade determina que o orçamento público não deverá conter nenhum dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, com exceção de autorização para abertura de créditos especiais e extraordinários, que devem ser abertos após autorização legal.
- B) O princípio do orçamento bruto prevê que todas as receitas e despesas devem ser registradas no orçamento público pelo seu valor total e bruto, sendo permitidas apenas as deduções das despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros.
- C) O princípio da universalidade prevê que o orçamento público deverá ser universal, de modo a abranger todas as unidades federadas, discriminando detalhadamente as receitas e despesas de cada uma delas.
- D) O princípio da unidade estabelece que o orçamento público deverá ser único, qualquer que seja o ente, de modo a evitar a existência de orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.
- E) O princípio da anualidade prevê que o exercício financeiro orçamentário deverá ser delimitado, de acordo com as atividades desempenhadas por cada ente, podendo coincidir com o ano civil.

QUESTÃO 42

De acordo com os conceitos contidos na Norma Brasileira de Contabilidade TA 200 R1, dadas as afirmativas,

- I. Ao conduzir a auditoria de demonstrações contábeis, o auditor tem que, como um de seus objetivos, obter segurança razoável de que essas demonstrações como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, possibilitando, assim, que ele expresse sua opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- II. As evidências utilizadas pela auditoria são as informações obtidas pelo auditor para fundamentar suas conclusões, em que se baseia a sua opinião, e essas evidências incluem informações verificadas nos registros contábeis subjacentes às demonstrações contábeis e às outras informações.
- III. É denominado risco de auditoria aquele que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante, sendo esse risco uma função dos riscos de distorção relevante e do risco de detecção.
- IV. Para obter segurança razoável, o auditor deve obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para reduzir o risco de auditoria a um nível mediano de aceitação, de modo que seja possível a obtenção de conclusões razoáveis para que, com base nelas, ele possa estruturar sua opinião e emitir um relatório de conformidade.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, II, III e IV.
- B) I, II e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I e IV, apenas.
- E) III, apenas.

QUESTÃO 43

De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as demonstrações financeiras das Sociedades por Ações, assinale a alternativa correta.

- A) As demonstrações financeiras poderão conter contas semelhantes agrupadas de acordo com a sua natureza, desde que não ultrapassem 10% do valor do respectivo grupo de contas, sendo vedada a utilização de designações genéricas.
- B) As demonstrações financeiras de cada exercício da companhia serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações dos dois exercícios anteriores.
- C) As demonstrações financeiras devem registrar a destinação dos lucros segundo a proposta dos acionistas controladores, independentemente de sua aprovação pela Assembleia Geral.
- D) As notas explicativas podem ser elaboradas pelas sociedades por ações quando solicitadas pela auditoria independente.
- E) As sociedades por ações de capital fechado estão obrigadas a elaborar a Demonstração do Valor Adicionado.

QUESTÃO 44

A respeito do regime jurídico aplicável às licitações e aos contratos da Administração Pública, dadas as afirmativas,

- I. As normas gerais de licitação pública não se aplicam às empresas públicas e às sociedades de economia mista, visto que se trata de pessoas jurídicas de direito privado, na forma da lei.
- II. A alienação de bens imóveis da Administração Pública Direta deve ser precedida de autorização legislativa e dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, ressalvadas as hipóteses de dispensa legal.
- III. Na aquisição de bens e serviços públicos, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que consiste na modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados para que se proceda ao certame.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, II e III.
- B) II e III, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II, apenas.
- E) I, apenas.

QUESTÃO 45

Determinada entidade pública teve seu orçamento aprovado com as seguintes receitas e despesas orçamentárias, sendo esta previsão já contabilizada:

Receitas Previstas: Receitas Correntes..... R\$ 100.000,00
Receitas de Capital.....R\$ 130.000,00
Despesas Fixadas: Despesas Correntes..... R\$ 90.000,00
Despesas de Capital.....R\$ 120.000,00

Durante a execução do orçamento, a arrecadação de receitas foi de R\$ 230.000,00. De acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, assinale a alternativa que indica no sistema orçamentário o lançamento contábil da arrecadação das receitas durante a execução do orçamento.

- A) Debita-se Controle da Disponibilidade de Recursos e credita-se Disponibilidade por Destinação de Recursos.
- B) Debita-se Controle da Disponibilidade de Recursos e credita-se Receita a Realizar.
- C) Debita-se Previsão Inicial de Receita e credita-se Receita Realizada.
- D) Debita-se Receita Realizada e credita-se Receita a Realizar.
- E) Debita-se Receita a Realizar e credita-se Receita Realizada.

QUESTÃO 46

Dadas as afirmativas acerca do regime jurídico dos servidores públicos e, em especial, dos servidores do município de Maceió,

- I. A posse é ato administrativo mediante o qual a autoridade competente efetiva o preenchimento do cargo público com a designação do seu titular, sendo a investidura e a reversão formas pelas quais pode ser realizada.
- II. A nomeação é requisito para investidura apenas em cargos efetivos de carreira, acessíveis mediante concurso de provas e títulos.
- III. Ainda que esteja em estágio probatório, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Maceió permite afastamento para atividade política e para mandato eletivo.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, II e III.
- B) I e III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) II, apenas.

QUESTÃO 47

Dados os itens,

- I. Admissão de pessoal para cargos comissionados.
- II. Controle de contas nacionais de empresas supranacionais com capital social da União.
- III. Concessão de aposentadorias.

verifica-se que, de acordo com a Constituição Federal, é(são) ato(s) que deve(m) ser apreciado(s), para fins de registro, pelos Tribunais de Contas,

- A) I, II e III.
- B) II e III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I, apenas.

QUESTÃO 48

A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, define as demonstrações contábeis a serem elaboradas pelas entidades públicas, divulgando os resultados gerais do exercício. A demonstração contábil que apresenta a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, em conjunto com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que irão ser transferidos para o exercício seguinte, é

- A) a Demonstração das Variações Patrimoniais.
- B) a Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- C) o Balanço Orçamentário.
- D) o Balanço Patrimonial.
- E) o Balanço Financeiro.

QUESTÃO 49

Dadas as afirmativas a respeito das funções dos Tribunais de Contas,

- I. É função de fiscalização dos Tribunais de Contas examinar e realizar auditorias nos relatórios de gestão fiscal e de execução orçamentária.
- II. Os Tribunais de Contas exercem a função judicante quando procedem aos julgamentos das contas dos responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos.
- III. É considerada função consultiva dos Tribunais de Contas a sustação de ato irregular, contribuindo para aprimorar a gestão pública.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, II e III.
- B) II e III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I, apenas.

QUESTÃO 50

Considerando a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, regulamentada pela Resolução CFC nº 1.374, de 8 de dezembro de 2011, assinale a alternativa correta.

- A) Uma característica essencial para a existência de passivo é que a entidade tenha uma obrigação futura para com terceiros, mesmo que ainda não tenha sido incorrida.
- B) Os passivos da entidade resultam de transações realizadas exclusivamente através de contratos ou de exigências estatutárias.
- C) O patrimônio líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos e despesas.
- D) Os ativos da entidade resultam de transações passadas ou presentes, como, por exemplo, a intenção de adquirir estoques.
- E) Ao determinar a existência do ativo, o direito de propriedade não é requisito essencial.



ATENÇÃO!

O candidato está **proibido** de **destacar** esta folha com o **gabarito**, sob pena de **eliminação** do processo. Somente o **Fiscal de Sala** está autorizado a fazer isso no momento de sua saída em definitivo do Local de Prova.

Gabarito do Candidato

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	

EDITAL Nº 03/2017 – Município de Maceió/AL

7.1. A COPEVE/UFAL divulgará o gabarito preliminar, juntamente com as Provas Objetivas, no endereço eletrônico: www.copeve.ufal.br, na data provável de **11/05/2017**, a partir das 21h00.

GABARITO OFICIAL

www.copeve.ufal.br

REALIZAÇÃO



www.ufal.edu.br



Você confia no resultado!

www.copeve.ufal.br



www.fundepes.br



Município de Maceió - Alagoas